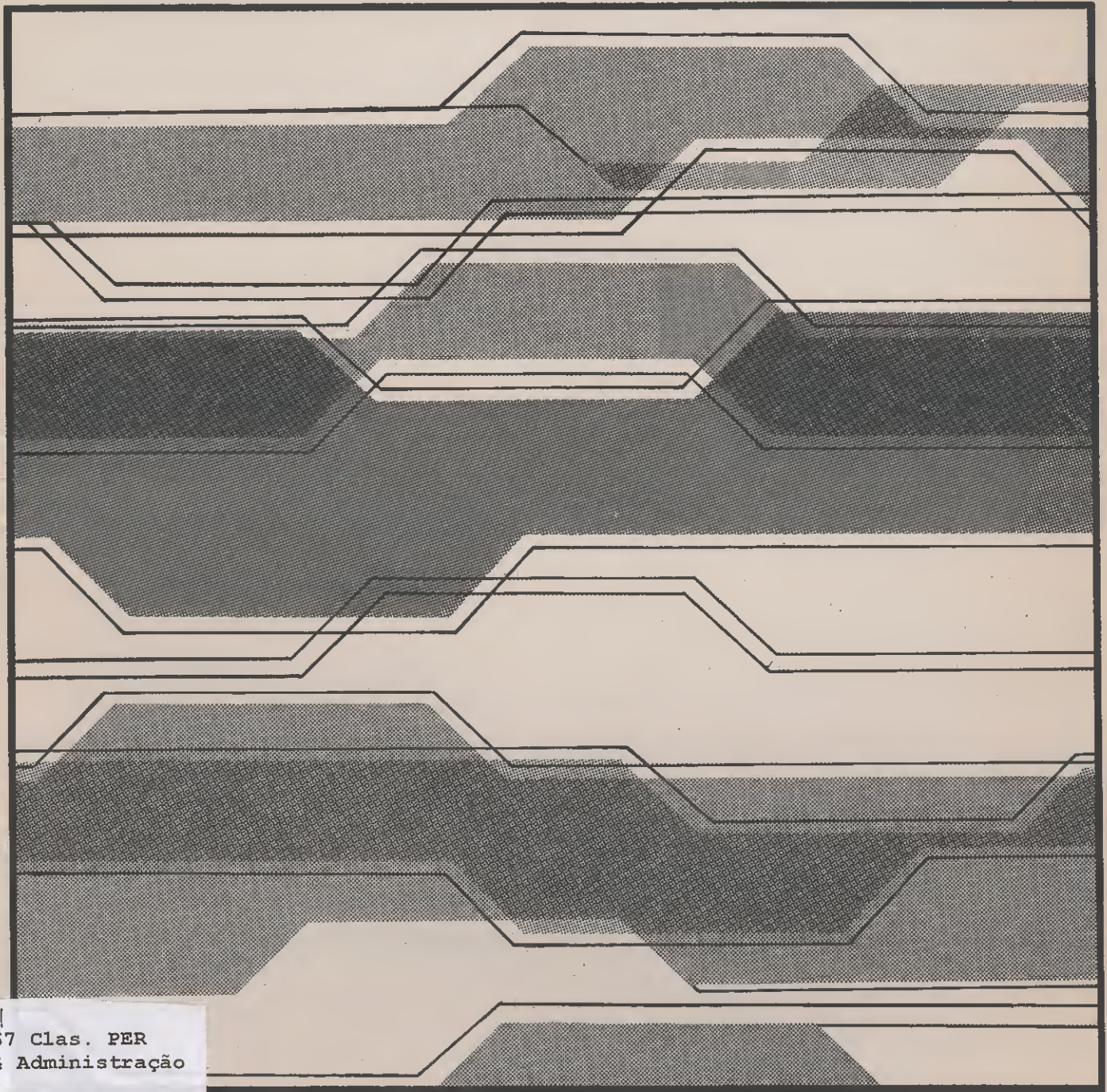


arquivo & administração

ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V. 2 — N.º 2 — AGOSTO 1974



75667 Clas. PER
Arquivo & Administração
n.2
1974 ex.2

PER.
360

Arquivo Histórico da Bolsa de Valores

O veículo certo



para sua mensagem.

O momento não está pra dispersar energias
nem sair por aí fazendo fumaça.

Sua mensagem tem que atingir o
público certo na velocidade ideal.

arquivo & administração

órgão da Associação dos Arquivistas Brasileiros

circula em todo Brasil entre três mil
profissionais de arquivística e documentação.

Nos órgãos oficiais e nas empresas
nas indústrias e nos bancos.

Tudo isso sem fazer
barulho ou fumaça.

arquivo & administração

revista técnica de circulação dirigida

PUBLICIDADE



Maitly Comunicação Visual Ltda.
Rua Senador Dantas, 118 - gr 413
Rio de Janeiro—Guanabara

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Praça da República, 26 — Centro — ZC—14
20.000— RIO DE JANEIRO, GB — BRASIL
(endereço provisório) — Tel.: 252-2338

Diretoria Biênio 1973-1975

Presidente: José Pedro Pinto Esposel
Vice-Presidente: Fernando Campos Salinas
1.º Secretário: Marly dos Santos
2.º Secretário: Marina A. F. de Sant'Ana
1.º Tesoureiro: Wilma Schaefer Corrêa
2.º Tesoureiro: Maria de España Iglesias

Conselho Deliberativo

Presidente: Lourdes Costa e Souza
Astréa Moraes e Castro
Helena Corrêa Machado
Raul do Régio Lima
Maria Luíza S. Dannemann
Marilena Leite Paes
José Honório Rodrigues
Rita Drummond
Myrtes da Silva Ferreira

Suplentes

Gilda Nunes Pinto
Celita Pereira Gondim
Regina Alves Vieira
Martha Maria Gonçalves
Otilia de Araújo
Maria Amélia Porto Migueis

Conselho Fiscal

Deusdedit L. de Oliveira
José Paes de Barros
Geraldo Martinelli

Suplentes

Milton Machado
José Lima de Carvalho

arquivo & administração, *Rio de Janeiro*, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 19-

Vol. 1 — n.º 0 — out. 1972 —

Rio de Janeiro, 1972 —

v. ilustr. quadrimestral

“Órgão oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros”.

1. Associação dos Arquivistas Brasileiros,
Rio de Janeiro. 2. Arquivos — Periódicos.

CDD 025.171

arquivo & administração

revista técnica de circulação dirigida

V. 2 — N.º 2 — AGOSTO 1974

publicação da
Associação dos Arquivistas Brasileiros

Redação

Praça da República, 26 — Centro — ZC—14
20 000 — RIO DE JANEIRO, GB — BRASIL

Diretora Responsável

María de la E. de España Iglesias

Diretora Técnica

Márlena Leite Paes

Secretária

Lourdes Costa e Souza

Colaboram nesta edição


Leda de Ticiano Walker Naylor

Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães

Mbá de Ferrante

Universidade de Campinas — UNICAMP

Produção, Arte, Editoria e Planejamento Gráfico

 maity comunicação visual

Rua Senador Dantas, 118, conj. 1413
20 000 — RIO DE JANEIRO GB

Equipe

Fernando Luiz Campos Guimarães

Márclo Ruiz Schiavo

Composição e impressão

Cia. Brasileira de Artes Gráficas

Rua do Riachuelo, 128 — RIO, GB

correspondência: arquivo & administração
praça da república, 26 — Centro — ZC—14
20.000 — RIO DE JANEIRO, GB — BRASIL

os artigos assinados são de responsabilidade
dos colaboradores e não expressam
necessariamente o pensamento da associação.
Permitida a reprodução de artigos desta
revista desde que seja citada a fonte.

periodicidade: quadrimestral

próxima edição: novembro

distribuição: aab

desejamos permuta

deseamos permuta

nous désirons échange

we are interested in exchange

EDITORIAL

Fala-se muito na importância dos arquivos "históricos", no que representam para a cultura e a ciência os acervos mais antigos das instituições arquivísticas. Principalmente quando por leviandade ou ignorância a documentação é destruída sem qualquer critério, escapando impunes os responsáveis por este crime às nossas tradições. Mas isto seria assunto do Sistema Nacional de Arquivos, matéria que vinha sendo conduzida racionalmente pelo Governo Médico e que entrou, no momento, em compasso de retrocesso, o que significa algum tempo mais (quanto?) de atraso e prejuízo ao patrimônio documental do país.

Hoje não vamos nos ocupar daquela questão, mas de outras igualmente válidas e diretamente ligadas ao campo de atuação profissional dos arquivologistas.

Assinalam-se, em nosso meio, grosseiros equívocos em torno do conceito e terminologia arquivísticos. Se alguns podem ser explicados — e desculpados — pelo pouco estudo e divulgação de tais conhecimentos no Brasil, outros, que se ligam inclusive a áreas mais trabalhadas da documentação, sedimentadas portanto, evidenciam despreparo ou menosprezo ao rigor científico e técnico, notadamente se cometidos nos setores das atividades públicas.

Insistem, por exemplo, alguns órgãos da cúpula governamental, em destacar documentos cuja importância presumem especial e reuni-los em setores batizados de "museu". A destinação dos documentos públicos de conteúdo histórico é o Arquivo Nacional, instituição que guarda e preserva aquele patrimônio administrativo e cultural do país. Por outro lado, museus não se confundem com arquivos, cumprindo a estes a finalidade da custódia de documentos, mantendo-os integrados no conjunto arquivístico em que se originaram e passíveis, então, de um bem servir aos propósitos da pesquisa científica. Os tais "museus", inventados, espúrios e desnecessários, desrespeitam a lei, agridem normas consagradas das técnicas de documentação e violentam princípios básicos da arquivologia. Muito mais conveniente para os interesses nacionais — o bem comum — seria canalizar para a entidade competente as verbas, geralmente dispendiosas, consumidas nas instalações e equipamentos daqueles setores essencialmente arquivísticos.

Outro caso a merecer atenção é aquele da documentação administrativa, vale dizer, dos arquivos correntes. Desnecessário se torna enfatizar que o desenvolvimento não se estabelece em toda a sua plenitude com sistema deficiente de informações. Esta lição bem cedo foi aprendida pelas nações de grande progresso material. E as revoluções, as que pretenderam ser e foram fato histórico, nunca se descuidaram desse aspecto, conforme se verifica no estudo da evolução dos arquivos.

É clássica a afirmação de que "os arquivos administrativos de hoje são os arquivos históricos de amanhã". Portanto é hora de nos preocuparmos com a documentação administrativa, também em situação crítica pela falta de técnicas adequadas ao seu tratamento, conservação e utilização e, principalmente, de apoio aos profissionais a quem cabe a responsabilidade das tarefas e funções em tal domínio: os arquivologistas.

Não basta a formação específica dos cursos superiores de arquivo: fundamental se torna a compreensão e o interesse da cúpula diretiva para a solução do problema.

Incidir em erros é inconveniente. Pior, porém, é persistir conscientemente neles...

J.P. Capriel

5

Reg: 75667

n. de chamada: 816, (ex. 2)

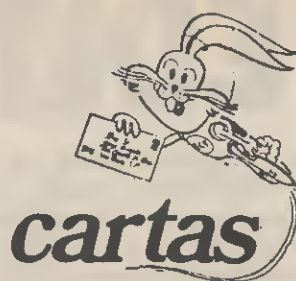
PER
m. 2

PER - 360

Recado

Nossa revista aborda neste número, vários assuntos de capital importância para a Arquivística. O *Arquivo histórico da Bolsa de Valores*, artigo sobre *Técnica de Arquivo Médico e Estatística*, *Normas para a implantação do Centro de Documentação da UNICAMP*, notícias sobre o II Congresso Brasileiro de Arquivologia. No Testemunho entrevistamos o diretor técnico de importante firma de proteção e conservação de acervos culturais.

da Redação



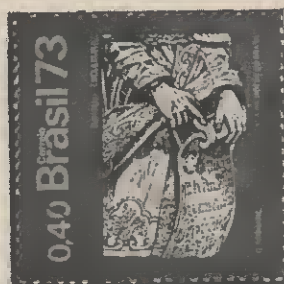
Cuando recibí por primera vez la publicación de esa Asociación, redacté una nota informativa para nuestro Boletín de la Dirección General de Archivos y Bibliotecas, a fin de que nuestros colegas tuvieran noticia de este nuevo instrumento profesional de comunicación.

La leo con mucho interés y veo que están ustedes trabajando bastante, lo que sin duda va a dar a conocer mejor nuestro que hacer.

Madrid, Espanha

Fd.^o Vicenta Cortés

Ministério de Educación y Ciencia
— La Inspectora Geral de Archivos.



Vimos acusar e agradecer o recebimento de Arquivo & Administração, v. 2 n.º 1, abril 1974. São Marcos, R.S.

Aguardando continuarmos a receber sua valiosa colaboração.

Valda Maria Drago

Bibliotecária — Biblioteca Castro Alves



Reconhecendo ser a revista Arquivo & Administração de muita utilidade para nosso serviço, pois além de nos colocar a par da evolução da técnica arquivística, nos dá a conhecer o que já se faz no Brasil neste campo, vimos solicitar a Vossa Senhoria, informação de como proceder para a "Casa Romário Martins" ser incluída no número de seus assinantes, qual a periodicidade da revista e o valor da assinatura anual.

Maria Mader Gonçalves —
Diretora — Casa Romário Martins
Curitiba, Pr.

Notei com muito interesse a sua publicação: Arquivo & Administração. Seria possível receber cópias? Se não é gratuita, tenha a bondade de informar-me.

Syracuse, New York — EUA
Daniel Raposo Cordeiro
Bibliógrafo — Syracuse University

A Escola de Biblioteconomia da UFMG, está interessada em adquirir uma assinatura da revista Arquivo & Administração, editada por essa Associação.

Belo Horizonte, MG.

correspondência:
arquivo & administração
Associação dos Arquivistas Brasileiros
Praça da República, 26 — ZC—14
20.000 — RIO DE JANEIRO, GB



SUMÁRIO

EDITORIAL _____	5
J. P. Esposel	
CARTAS _____	6
RECADO DA REDAÇÃO _____	6
A PROPÓSITO DA ORGANIZAÇÃO DE UM ARQUIVO HISTÓRICO: BOLSA DE VALORES _____	8
Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães	
TESTEMUNHO _____	13
José Irigón	
TÉCNICO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICA _____	16
Leda de Ticiano Walker Naylor	
DIRETRIZES GERAIS PARA A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO UNICAMP _____	17
SÓCIOS HONORÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS _____	22
CONGRESSO: II CBA _____	23
CURSOS: CURSO PERMANENTE DE ARQUIVOS-ARQUIVO NACIONAL _____	24
NOTÍCIAS: CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS _____	24
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS DA ESPANHA _____	24
PAINEL SOBRE HISTÓRIA ORAL ARQUIVO SONORO _____	25
UM PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL _____	25
CRÔNICA _____	26
Mbá de Ferrate	
CAPA POEMA PROCESSO de <i>Fernando Guimarães</i>	

Diretrizes Gerais Para a Implantação do Centro de Documentação

UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS

Em dezembro de 1971, um grupo de trabalho composto pelos professores Michael Hall, Carlos Guilherme Motta, Fernando Novaes, Paulo Sergio de M.S. Pinheiro (relator) elaborou texto com um projeto e um programa básico de ação para a implantação de um Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Esse projeto contou em seguida com inúmeras sugestões do professor José Roberto do Amaral Lapa e do professor José Honório Rodrigues, que foram incorporadas ao projeto.

Daquele texto foram extraídas essas diretrizes fundamentais que no momento refletem orientação fundamental no que diz respeito à implantação daquele Centro.

Os trabalhos relativos a esse objetivo são coordenados por uma Comissão, designada em março de 1973 pelo Diretor do IFCH, professor Manoel Tosta Berlinck, composta pelos professores José Roberto do Amaral Lapa (setor de História) e Paulo Sergio de M.S. Pinheiro (setor de Política) do Departamento de Ciências Sociais e pelo professor Jorge Miglioli do Departamento de Economia e Planejamento.

No momento em que o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) implanta os programas de pós-graduação na área das ciências sociais, torna-se necessária a constituição de um Centro de Documentação. Esse Centro seria o elemento indispensável para assegurar o caráter interdisciplinar dos mestrados em história, política e sociologia, que visam incentivar pesquisas em ciências sociais sobre a sociedade brasileira contemporânea.

O Centro, em consequência, terá como objetivo principal fornecer o instrumental documentário, especialmente aquele referente às fontes primárias, para o desenvolvimento de pesquisas sobre a sociedade brasileira contemporânea, entendida como a do período republicano. Essa aparente limitação do objetivo — que entretanto não deverá impedir a atuação do centro em estudos relativos a outras fases da história brasileira ou de seus prolongamentos na sociedade internacional — se motiva por duas razões principais. Primeiramente, por uma questão de ordem prática, a implantação inicial pode ser facilitada por uma especificação de seu objetivo global. Essa ênfase é, além do mais, decorrente da situação do Centro na cidade de Campinas, com a qual a história do movimento republicano de uma certa maneira se confunde. Lembremos das presenças de Bernardino de Campos, Francisco Gilcério, Campos Sales, para simplesmente citarmos alguns nomes, sem mencionar aqueles, como o de Prudente de Moraes, ligados a outras cidades dessa região "republicana", como Piracicaba e Itu.

A área territorial em que o Centro deverá fazer incidir seus estudos também não deverá ser restritiva, mas orientada aos níveis local, estadual, regional e nacional. Tendo em conta, como já indicamos, a localização de Campinas em região de profundo significado histórico e econômico seria inaceitável que o Centro não se propusesse a começar a desenvolver sua ação no espaço em que ele se situa: poderia, por exemplo, ser definida uma área piloto de atuação no que diz respeito aos arquivos eclesásticos, cartorais e de fazenda. A esse trabalho seriam associados imediatamente estudantes de graduação e pós-graduação para a execução de trabalhos práticos (levantamentos de arquivos existentes, elaboração de catálogos sobre os arquivos existentes, etc).

A criação do Centro constituirá certamente um polo de atração para pesquisadores brasileiros e estrangeiros que nele encontrarão um conjunto homogêneo de fontes primárias e de instrumentos de trabalho sobre temas brasileiros contemporâneos. A existência do Centro contribuirá também para evitar a dispersão dos estudantes e pesquisadores da UNICAMP que poderão encontrar no âmbito mesmo da Universidade os documentos fundamentais que necessitam em suas pesquisas. Nesse sentido, o Centro deverá se preocupar com a formação de pesquisadores, atraindo bolsas de pesquisa para pessoal qualificado que poderá trabalhar nas linhas de projeto do Centro.

Finalmente, o Centro deverá inserir-se no conjunto de esforços que devem ser feitos no sentido de proteger a documentação brasileira da destruição e da evasão do território nacional, colaborando efetivamente para a preservação da memória nacional. Com efeito, tem-se assistido a uma verdadeira transferência da documentação brasileira para o exterior, primeiramente de bibliotecas especializadas inteiras e de coleções de livros raros e ultimamente de coleções de manuscritos e de arquivos particulares. ▷

Diretrizes Gerais Para a Implantação do Centro de Documentação

UNICAMP

1. BIBLIOTECA

1.1 Coleções de livros

A UNICAMP promovendo a constituição do Centro estará assim contribuindo decisivamente para iniciativa de verdadeiro interesse nacional.

O Centro deverá compreender as seguintes seções:

1. Biblioteca
2. Arquivo
3. Microfilmes
4. Jornais, revistas, periódicos
5. Publicações

Passaremos a expor em seguida, quais as linhas de atuação que o Centro desenvolveria inicialmente em cada uma dessas seções.

O Centro deverá estar sempre informado a respeito de coleções de livros constituídas por estudiosos particulares que por ventura estejam sendo postas à venda ou que possam vir a ser doadas. O Centro estará apto a fazer o levantamento e a opinar sobre esses acervos, para a formulação de propostas de aquisição ou de doação; nesse sentido será essencial que o Centro disponha da possibilidade de movimentar um fundo especial que lhe permita promover as aquisições de coleções disponíveis. É necessário que a tramitação do pedido de aquisição ocorra rapidamente para que não se percam as oportunidades que apareçam.

É conveniente que o Centro mantenha contato regular com os livreiros do Rio de Janeiro e São Paulo, para que possa complementar coleções fundamentais para o seu acervo inicial, como por exemplo: a Brasilliana (Cia. Editora Nacional) a Biblioteca Histórica Brasileira (Editora Martins), os Documentos Brasileiros (Livreria José Olímpio), para só citar alguns.▷

CRIE ESPAÇO NO SEU ESPAÇO.

A MEIRA colocou os 10.143 documentos de um arquivo dentro deste carretel de microfilme.

O sistema de microfilme é seguro, versátil, econômico e durável.

Com isto ela dinamizou e aumentou a produtividade do serviço e fez uma

economia de 90% de espaço.

A MEIRA microfilma nos seus laboratórios ou junto a você.



MEIRA 18 ANOS CRIANDO ESPAÇO
Rua 7 de Setembro, 43 — 2.º e 3.º andares
tels.: 252-2295 — 222-3976 — 222-3977
Rio de Janeiro — Guanabara

Diretrizes Gerais Para a Implantação do Centro de Documentação

1.2 Material de referência

O Centro, visando contribuir para o objetivo de melhor conhecimento das fontes de pesquisa, deverá promover a constituição de uma biblioteca básica de referência composta de catálogos, listas e inventários de manuscritos, repertórios, bibliografias gerais e especializadas. Um setor dessa biblioteca deveria ser especialmente destinado à formação de uma coleção minuciosa de repertórios e anuários estatísticos.

Deverá também ser providenciada a aquisição de coleções de fichas de catálogos das bibliotecas de centros universitários de estudos latino-americanos existentes, como os de: Texas, Harvard, Bancroft, University of California-Berkeley, Tulane, Oliveira Lima Library (University of Georgetown), Catholic University of America (Washington, D.C.), Canning House (London).

O Centro deverá constituir um fichário de teses de doutorado sobre temas relativos ao Brasil, em universidades americanas e européias. Além do fichário, procurará obter progressivamente exemplares dessas teses.

2. ARQUIVO

2.1 Arquivos privados

A tarefa inicial seria proceder a um levantamento (para uso interno do Centro) dos principais arquivos privados brasileiros, mantidos sob a guarda de seus organizadores ou de seus descendentes, e que poderiam ser eventualmente cedados ou emprestados ao Centro.

A doação de arquivos privados ao Centro deveria ser justificada pela possibilidade de uma melhor utilização dos mesmos pelos pesquisadores. Certamente a presença de alguns arquivos importantes constituirá um importante fator de atração para a vinda de outros arquivos. Entretanto, na medida em que os detentores de arquivos não se dispusessem a cedê-los, poderia ser solicitada sua permissão para microfilmar ou repertoriar o conteúdo do arquivo, oferecendo a colaboração de seus pesquisadores para a organização e classificação de arquivos particulares. Tão importante quanto a presença dos arquivos será a possibilidade de contribuir para o levantamento dos arquivos privados no Brasil, visando a coleta de informações sobre a situação dos acervos e condições de acesso.

A atuação junto aos arquivos privados existentes no Brasil poderá contribuir para impedir a sua evasão do território nacional. A legislação brasileira existente a respeito é insuficiente: a lei n.º 5.471, de 9 de julho de 1968, publicada no Diário Oficial de 10 de julho de 1968, proíbe a exportação, sob qualquer forma, de bibliotecas e acervos documentais constituídos de obras brasileiras ou sobre o Brasil, editadas do século XVI ao XIX, incluindo-se na proibição obras e documentos desmembrados de conjuntos bibliográficos e coleções de periódicos com mais de dez anos de publicação, bem como originais e cópias de partituras musicais. Assim ficam fora do alcance dessa lei os acervos documentais constituídos de material posterior ao séc. XIX como é o caso dos arquivos privados que interessam ao Centro. Cumprir-la também realizar um levantamento dos principais arquivos particulares que se evadiram do país, a fim de serem elaborados catálogos sobre seu conteúdo e que se possa proceder a sua eventual microfilmagem.

2.2 Arquivos Eclesiásticos, de Cartórios e da Fazenda.

Nessa linha, a atuação do Centro estaria ligada à definição das áreas principais de interesse e da localização desses arquivos, especialmente com o intuito de colaborar para a preservação de documentos que correm o risco de se perder. Certamente os documentos incluídos nesta categoria podem fornecer, apesar de sua desigual importância histórica, subsídios para pesquisas econômicas e sociais. No caso específico dos arquivos de fazendas poderiam ser desenvolvidos contatos com o Instituto Agrônomo de Campinas, visando ao acesso a essas arquivos.

O Centro poderia se propor a elaborar material que contribuisse para o aprofundamento da história local (Campinas comemorará seu bicentenário em 1974) e estadual: historiografia da cidade e da região da "grande Campinas", inventariamento de fontes manuscritas, de fontes impressas, levantamento de material de referência.

2.3 Documentos Públicos

Tendo em conta a inexistência de um catálogo dos documentos públicos em geral, editados pelo governo, nos seus três poderes, ou de listas especiais publicadas pelos vários ramos, a orientação a seguir nesse item necessitaria ser definida segundo uma ordem de possibilidades e de prioridades: poder executivo (por ex. relatórios presidenciais) ministérios (por ex. inquéritos sobre terras no Ministério da Agricultura e séries de documentos classificados como não históricos pelas diversas repartições), poder legislativo e poder judiciário. ▷

Diretrizes Gerais Para a Implantação do Centro de Documentação

Numa primeira fase poderiam ser realizados levantamentos no âmbito municipal ou estadual; principalmente na busca de documentos públicos correndo o risco de destruição (por ex. os anais das Câmaras Municipais). Caberia definir a área de interesse que deveria ser inicialmente abordada. A atuação do Centro seria orientada na microfilmagem desses documentos e na publicação de catálogos.

2.4 Documentos Econômicos e Sociais

A situação dos arquivos privados pertencentes a essa categoria é igualmente precária: tanto os arquivos de empresas como os de organizações trabalhistas não têm sido devidamente aprovados. O Centro poderá certamente aproveitar a experiência nessa área acumulada pelo Institut International d'Histoire Sociale d'Amsterdam.

3. MICROFILMES

3.1 Documentos Diplomáticos e Consulares

A iniciativa fundamental, além dos microfilmes já indicados em outras rubricas como a dos inventários de teses ou de coleções de jornais, seria a aquisição de microfilmes de coleções de despachos diplomáticos e de relatórios consulares estrangeiros. Deve ser levada em conta a **inexistência no Brasil de séries completas**. O interesse dos despachos diplomáticos, predominantemente políticos e abrangentes, diz respeito à organização social, à vida política, à economia, às relações diplomáticas; os relatórios consulares são importantes pelas informações principalmente econômicas, particularizadas para cada cidade onde se situava a representação consular.

Para aquisição imediata, a venda de microfilmes está organizada na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, mas o Centro deverá também examinar a possibilidade de adquirir essa documentação na Alemanha, na França e na Itália. Será interessante adquirir microfilmes de documentos que os americanos capturaram da Alemanha e do Japão durante a guerra, e que se encontram no National Archives e na Library of Congress (principalmente a parte referente ao Brasil).

4. REVISTAS, JORNAIS PERIÓDICOS

A vocação do Centro, além da obtenção de assinaturas de jornais, revistas e periódicos julgados fundamentais para a documentação contemporânea, deverá ser exercida na constituição de coleções de séries de publicações esgotadas.

O Centro, além da assinatura de jornais estrangeiros (muitos dos quais já são disponíveis em microfilme, como o **New York Times**; até mesmo revistas, como o **Economist**, podem ser encontradas em microfilme), deverá adquirir os índices de jornais estrangeiros, como os do **New York Times**, o **Time de Londres**, o **Le Monde**, e de seu predecessor, **Le Temps**. Esses índices, além do interesse pelo conteúdo de cada jornal, serviriam também para "controlar" o noticiário da imprensa brasileira (onde não existem os índices) com uma aproximação razoável. Nesse mesmo sentido, poderia ser cogitada a possibilidade de pesquisa em história da imprensa com entidades especializadas francesas nesse setor.

Os artigos de jornais e revistas de conjuntura seriam repertoriados por computador, através de um programa que permitisse classificar as matérias segundo o tema, autor e fonte. Esse levantamento permanente de uma série de jornais e periódicos facilitará a consulta, apresentando um quadro completo das fontes, disponível a qualquer momento e permanentemente atualizado.

5. PUBLICAÇÕES

5.1 Material elaborado pelo corpo docente ligado aos trabalhos do Centro e pelos pesquisadores. Publicação de catálogos e de repertórios de documentos colocados sob a guarda do Centro ou aos quais seus pesquisadores tiveram acesso.

5.2 História Oral

É uma direção inteiramente explorada no Brasil, a não ser na existência das gravações de discursos gravados pela Agência Nacional, principalmente dos presidentes da república, depositados no Arquivo Nacional (O Centro poderia projetar uma melhor utilização desse material). A execução material do projeto (entrevistas gravadas e transcrição das mesmas) não apresentaria grandes dificuldades. Há estudos teóricos a respeito e já foram publicados os resultados extensivos de um projeto levado a efeito por James Wilkie, da UCLA, sobre a sociedade mexicana no século XX, onde foram entrevistados todo um elenco de personalidades.

Caberia escolher um período em que tal projeto deveria prioritariamente se orientar. Poderíamos inicialmente optar pela geração de políticos dos anos trinta. Previamente deveria ser realizado um levantamento biográfico dos protagonistas para que seja procedida a seleção indispensável.

Nessa linha de história oral, haveria possibilidade também de pesquisas no campo da história econômica. Essa exploração poderia ser feita através de um projeto de entrevistas com sucessivos ministros da Fazenda e autoridades financeiras e monetárias, que poderiam servir para um estudo de "decision making process" econômico.